

# Senhoras da Colônia: Cultura escrita e inserção feminina em Minas Gerais (1784-1822)

Silvia Maria Amâncio Rachi Vartuli\*

## Resumo

Este artigo é um recorte da pesquisa de doutorado em andamento na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Apresenta-se, como objeto de estudo, a inserção social feminina em Minas Gerais no período de 1784 a 1822, por meio da apropriação de elementos da chamada “cultura letrada”. Busca-se, dessa forma, fazer emergir uma nova cartografia social, destacando o papel das mulheres no processo de configuração da sociedade colonial. Inscreve-se, portanto, no campo da história social e cultural, ao tentar evidenciar, através da leitura de inventários e testamentos, as estratégias de sobrevivência engendradas por esse grupo social no referido contexto.

**Palavras-chave:** Práticas educativas; Minas colonial; Mulheres.

## Práticas educativas e vidas femininas: possibilidades de investigação

Nos idos de 1784, Dona Tereza de Jesus, viúva do Tenente Francisco de Sá Mourão, moradora da Freguesia do Ouro Preto de Vila Rica, solicitou à Rainha “a mercê de lhe conceder a tutela de seus filhos e administração de seus bens”, e declarou que “viveu com seu marido sempre portas adentro unidos em boa sociedade”, de acordo com os preceitos morais e ensinamentos religiosos da época:

Diz Dona Tereza de Jesus, viúva que ficou do Tenente José Francisco de Sá Mourão, da Freguesia de Ouro Preto de Vila Rica, Minas Gerais, que achando-se em idade de trinta e cinco anos com capacidade suficiente para administrar as pessoas, e bens de seus filhos orphãos que lhe ficarão do mesmo defunto seo marido, e conservando-se no estado de viúva honesta deseja empregarse na administração, porque concorre na (*sic*) as qualidades necessárias, como mostra pelo instrumento dessa justificação que oferece resposta no mesmo instrumento do doutor curador. (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1784).

---

\* Doutoranda em História da Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

O referido requerimento é parte integrante do testamento de seu marido, onde se encontra também a declaração de uma testemunha afirmando que Dona Tereza de Jesus possuía grande capacidade de administração, pois sempre fizera a “escrita do casal”.

Já Dona Quitéria Maria de Barros casou-se com o português José Ribeiro de Carvalho, na Vila de Sabará, onde viveu e, após ficar viúva, tornou-se tutora de seus filhos. À época do testamento de seu esposo, foram declarados seis filhos vivos, frutos dessa união. Dois meninos: José, então com 12 anos, Manoel com 2 anos; e quatro meninas: Anna com 8 anos, Mariana com 7 anos, Bernarda de 5 anos e Joaquina de 3 anos. Seu marido, natural da Freguesia de Santo Adrião, Arcebispado de Braga, já havia sido casado, possivelmente em Portugal. Além do casal de filhos do primeiro casamento, José Ribeiro teve mais um filho, Antônio Ribeiro de Carvalho, com a parda Antonia Rangel de Abreu. Antônio, que vivia com o pai, fora instituído seu herdeiro aos 26 anos de idade. Em seu testamento, José Ribeiro, que ocupava considerável posição social em Sabará, nomeou sua esposa administradora dos bens e tutora dos filhos devido ao reconhecimento de sua “[...] grande capacidade e inteireza”. (MUSEU OURO/ CASA BORBA GATO, 1770). Esposa zelosa, boa mãe, cumpridora de seus deveres, Dona Quitéria, após a morte de seu marido, cuidou de todas as demandas da casa e das responsabilidades que lhes foram atribuídas. Pagou dívidas e serviços, comprou livros e jóias para as suas filhas, artigos de vestuários para os filhos e contratou mestres particulares para os dois meninos. Preocupou-se em ensinar às filhas os bons costumes, além da costura, da leitura e escrita, “[...] tudo com educação e recato, e cuidado grande para no seu tempo dar a melhor arrumação de seus estados e com amor de mãe as sustentava, vestia e tratava na suas enfermidades [...]”. (MUSEU OURO/ CASA BORBA GATO, 1770). Podemos supor, com exceção de Bernarda que não aprendera a leitura e a escrita, que Dona Quitéria ensinou suas filhas a ler e a escrever no ambiente doméstico, pois não constam recibos de pagamentos de aulas particulares para as meninas. Quanto aos meninos, José, que possivelmente já havia frequentado na infância as aulas de primeiras letras, permaneceu durante sete anos nos estudos da gramática latina e depois foi viver no Rio. Manoel aprendeu as primeiras letras em aulas particulares como podemos verificar por meio da prestação de contas feita pela mãe.

As histórias de Dona Tereza e de Dona Quitéria são exemplos da existência de mulheres na América portuguesa que estabeleceram contato com a cultura letrada e que desempenharam funções importantes na sociedade colonial. Questão candente, mas ainda pouco investigada na História da Educação, os saberes femininos no contexto

colonial, bem como as práticas daí decorrentes, podem elucidar aspectos fundamentais da configuração e dinâmica daquela sociedade, fazendo emergir uma nova cartografia do social. Pensar as práticas educativas na colônia requer, entretanto, o alargamento da concepção do que seja ensinar e aprender neste período. Obriga-nos a descortinar diferentes possibilidades de aprendizagem que se esboçaram fora dos espaços institucionais de educação. Se tomarmos por verdadeira essa premissa, ela torna-se ainda mais verídica, ao nos referirmos à educação feminina nesse contexto. Desta maneira, devemos tentar identificar os saberes que circulavam nos vários espaços sociais, como eram apreendidos e buscar evidenciar como sua assimilação proporcionou às mulheres a construção de estratégias e de possibilidades de negociações no jogo social.

Para a melhor compreensão sobre os conceitos de estratégias e práticas educativas, bem como o desenvolvimento desses processos na América portuguesa, seguimos as orientações de Thais Nívia de Lima e Fonseca (2009), elaboradas a partir das elucidações teóricas de Michel de Certeau, Roger Chartier e Pierre Bourdieu. Segundo essa autora:

Numa perspectiva ampliada a idéia de práticas educativas aparece como tributária do conceito de práticas culturais, desenvolvido tanto por historiadores quanto por sociólogos [...]. Respeitando as diferenças entre eles, considero adequadas aos meus propósitos suas definições das práticas como maneiras de fazer cotidianas dos sujeitos históricos relacionadas social e culturalmente na construção de seus espaços, suas posições e identidades. Analisadas como práticas culturais, as práticas educativas também implicam o estabelecimento de estratégias. (FONSECA, 2009, p. 10).

Especificamente no que concerne ao desenvolvimento dessas estratégias pelos grupos sociais, a autora acrescenta:

O estudo assim fundamentado, implica a análise de estratégias e práticas educativas, processo que, realizados ao longo de tempos mais dilatados, fizeram parte da formação cultural brasileira. A investigação sobre educação no período colonial pode, assim, levar em conta a diversidade e as particularidades da sociedade brasileira de então, considerando suas especificidades regionais. (FONSECA, 2009, p. 11-12).

Portanto, como nos esclarece Fonseca (2009), estudar as práticas educativas no mundo colonial leva-nos a considerar a constituição das relações sociais, suas conexões com as dimensões políticas e econômicas e a construção de uma cultura diferenciada e

peculiar tanto no que tange ao Império Português, quanto no que respeita às diferentes regiões da América.

### **Trajetórias femininas: caminhos trilhados e papéis construídos**

Nas últimas décadas, na esteira do movimento de renovação historiográfica no Brasil, muitos estudos iluminaram as trajetórias e ações realizadas pelas mulheres nos diferentes períodos da história. Investigações que buscaram preencher as lacunas sobre o feminino na história, palavras que questionaram a historiografia tradicional, ao mesmo tempo em que verbalizaram as ações, resgataram os papéis e desbravaram as trilhas por onde andaram indígenas, brancas, negras e mulatas de outrora. Historiografia que se tornou referência sobre a temática e que buscou dar voz a agentes fundamentais na formação da sociedade brasileira.<sup>1</sup> Ao longo da história do Brasil, o lugar de sobrevivência e vivência feminina tem sido recuperado e vasta documentação de pesquisa histórica vem sendo utilizada nesta intenção: fontes eclesiásticas, processos criminais, inventários e testamentos, jornais, correspondências pessoais, obras de cronistas e viajantes. Essa documentação também tem atendido às pesquisas em História da Educação. Nesse último campo, por meio dos esforços investigativos mais recentes, as mulheres saíram da invisibilidade e têm ocupado os bancos das escolas imperiais e republicanas, desempenhando papéis significativos como mestras, escritoras e intelectuais nesses períodos.

Contudo, no que respeita às práticas educativas no período colonial, relacionadas ao universo feminino, percebemos certo silêncio historiográfico interrompido por poucos trabalhos na área. Ainda é preciso fazer florescer e dar a conhecer tais processos e seus sujeitos na América portuguesa, recuperar as trajetórias e nomear os atores. São protagonistas de uma história adormecida, pouco dita. Fazer emergir essas mulheres, seus saberes e suas ações significa realizar um exercício investigativo aprofundado, não apenas descritivo, mas o mais exaustivo possível na análise das fontes, atentando-se para as especificidades dos contextos, minucioso e perspicaz em sua narrativa.

---

<sup>1</sup> A esse respeito ver: ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília, 1993. PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. PRIORE, Mary Del. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Contexto, 2000. PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

Acreditamos ser necessário investigar sobre as práticas femininas na América portuguesa, ao constatarmos mudanças nos padrões de comportamento ao longo de todo o período colonial. No final do Século XVIII, as práticas de sociabilidades femininas apresentaram indícios de transformações, as quais acentuaram-se e tornaram-se ainda mais significativas após a vinda da família Real Portuguesa para a colônia em 1808. Segundo Algranti (2009), as mulheres passaram a frequentar outros espaços como teatros ou óperas e a conversar publicamente com os homens, pelo menos em alguns centros urbanos. Esses elementos de civilidade foram reflexos tanto de um movimento externo, como as influências europeias, quanto de transformações internas, no âmbito da colônia. O cotidiano deixava aos poucos de ser tão transitório e instável e começava a dar sinais de novas formas de se viver. Se, por um lado, a vida social acontecia com base nos padrões europeus, por outro, revelava especificidades, elementos que constituíam e sedimentavam raízes do viver em colônia. Novas práticas eram delineadas, as quais, certamente, demandaram novos conhecimentos e informações. Porém, salientamos que, apesar de novos saberes virem à tona a partir das demandas da realidade colonial, podemos afirmar que a educação letrada não se tratava, de forma geral, de uma característica dos grupos femininos. De acordo com a historiadora Leila Mezan Algranti, que desenvolveu estudos sobre a condição feminina nos conventos e recolhimentos:

No século XVIII, a educação feminina estava longe de ser uma idéia generalizada ou uma prática corriqueira mesmo entre a elite da Colônia, que lançava mão dos recolhimentos para fins educativos. Nem totalmente conventos, nem escolas, as instituições femininas de reclusão situavam-se a meio caminho dos dois modelos de estabelecimento e serviam a vários propósitos do que toca à vida das mulheres. (ALGRANTI, 1993, p. 260-261).

Isso posto, enfatizamos que a despeito da educação escolar não ser, para as mulheres, a regra naquela sociedade, diferentes formas de aprendizagens fizeram parte das vidas femininas por meio da circulação de saberes em outros espaços. Destacamos neste ponto, mais uma vez, que os processos educativos na América portuguesa ocorriam de forma mais ampla, em espaços diversificados, dada a limitação da escolarização formal, e nem sempre revelavam uma intencionalidade.<sup>2</sup> Acreditamos

---

<sup>2</sup> As diferentes formas de circulação e apropriação de saberes na América portuguesa são abordadas por FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Processos e práticas educativas no século XVIII: um estudo sobre fontes de pesquisa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. *XXIII Simpósio Nacional de História: História, Guerra e paz*. Londrina: Editorial mídia, 2005, v.1.

que, ao travarem contato com outras referências culturais, as mulheres elaboraram maneiras diferenciadas de viver em relação aos hábitos e comportamentos traçados pelos discursos educativos encapados pela Igreja e pelo Estado e a elas destinados.

Nesse contexto, o trabalho manual, sempre recomendado às mulheres como parte da educação voltada para a preparação para o casamento, ocupou lugar importante. Os conhecimentos relacionados aos cuidados com a saúde, o conhecimento das receitas caseiras, dos afazeres da cozinha, do preparo dos alimentos como a salga da carne e do peixe, a fiação do algodão e sua tecelagem eram cotidianos, enfim, “[...] a chamada indústria caseira ocupava todos os habitantes da casa” (ALGRANTI, 1997)<sup>3</sup>, especialmente as mulheres. Ainda que os discursos oficiais vislumbrassem nos ofícios manuais o caminho para se evitar a ociosidade, as ações pecaminosas e os maus pensamentos, esses aprendizados possibilitaram bem mais a esse grupo social, como nos mostra Cláudia Fernanda de Oliveira (2008) ao analisar, em sua dissertação, como o domínio desses conhecimentos favoreceu a inserção social das órfãs e mulheres livres das camadas mais pobres da população.

### **Cultura letrada, relações e tensões na colônia**

De maneira mais intensa, nas últimas décadas, várias pesquisas se propuseram a investigar as imbricações e tensões culturais existentes no período colonial, inclusive no que concerne ao universo feminino, tomando como diretrizes teorizações desenvolvidas pela História Social entrecruzadas a conceitos trabalhados ou (re)elaborados pela História Cultural. No entanto, poucas delas apresentam como ponto central de análise os processos educativos no referido contexto, ou seja, não abordam as práticas culturais e comportamentos sociais como práticas conectadas a um dado discurso educativo ou contestadoras do mesmo. Ao enfocarem as tensões sociais nesse período, buscam compreender ou ressaltar as ações governamentais, as relações de poder entre Estado e Igreja, o papel de alguns agentes na configuração da economia, além da rebeldia como componente da dinâmica colonial.

Já no que respeita às pesquisas sobre os processos educativos, tanto nos espaços escolares quanto nos não escolares, vários são os trabalhos que hoje podem ser considerados referenciais importantes na História da Educação, principalmente,

---

<sup>3</sup> Leila Mezan Algranti (1997), sobre o cotidiano na colônia, as atividades exercidas no ambiente doméstico, os costumes e modos de vida, chama a atenção para a importância dos registros dos cronistas e viajantes como ricas fontes de pesquisa.

investigações que apresentam como recorte temporal o Século XIX. Entretanto, há uma evidente carência com relação ao estudo das práticas educativas existentes no período colonial, principalmente investigações que considerem as especificidades regionais dentro desse contexto.

Neste sentido, estudar a circulação e a interpenetração de saberes no período colonial auxilia-nos a compreender as práticas educativas como processos históricos, dotados de particularidades, que extrapolam o espaço das instituições responsáveis pela “educação institucional”, ampliando as informações e interpretações sobre um objeto ainda pouco explorado. Nosso interesse volta-se, assim, para a educação feminina no período, na intenção de se descortinar não somente os caminhos ditados e definidos, mas o possível acesso aos elementos que configuram a chamada cultura escrita fora dos espaços institucionais e suas implicações no cenário colonial. Para tanto, a compreensão dos papéis desempenhados pelas mulheres, dos espaços por elas frequentados, de suas práticas cotidianas ou eventuais e das trocas culturais ocorridas nesse contexto permitem um melhor entendimento dessa realidade.

A realidade colonial é abordada considerando-se a complexidade de sua dinâmica social, como destaca Fonseca (2005), dinâmica que comporta a ideia de “[...] unidade e fragmentação, dependência e autonomia, exploração e integração”. (FONSECA, 2005, p. 7).

Segundo essa autora:

Como então pensar essas questões em relação à História da Educação? Em que medida a flexibilização do entendimento das relações coloniais nos ajudaria a desenvolver pesquisas que façam avançar a compreensão acerca da educação no Brasil antes da sua constituição como Estado nacional? (FONSECA, 2005, p. 7).

Muito embora seja clara a existência de um discurso educativo “oficial” que visava a preparação da mulher para as funções de mãe e esposa, percebemos, por meio dos estudos realizados e do contato inicial com a documentação, que algumas mulheres exerceram atividades que em muito extrapolaram as diretrizes desses mesmos discursos. Ao travarem contato com a cultura escrita, essas mulheres ampliaram seus círculos de convívio e atuação, como a presença decisiva na administração da indústria doméstica, e redefiniram, assim, os caminhos do viver em colônia e da própria estrutura colonial.

Na intenção de se compreender essa atuação, é preciso esclarecer que as formas de leitura e escrita, assim como as maneiras de inserção na cultura letrada, assumiram

dimensões diferenciadas naquele contexto. Como nos esclarece Ana Maria de Oliveira Galvão (2005), “as relações e mediações ocorridas entre indivíduos e grupos sociais e o mundo da cultura escrita são muito mais complexas”, pois são esboçadas em quadros diferenciados. Grupos inscritos em tradições marcadas pela oralidade desenvolvem, muitas vezes, táticas diferentes daquelas utilizadas por grupos naturalmente vinculados ao mundo letrado (GALVÃO, 2005). Fonseca auxilia-nos a entender os critérios de definição do que poderia constituir-se uma inserção na cultura letrada particularmente na colônia. Partindo de análise desenvolvida pela historiadora Júnia Furtado (2005), consegue aprofundar a reflexão e ampliar a compreensão sobre o tema:

Júnia Ferreira Furtado chamou a atenção para o fato de que o domínio da linguagem escrita não servia, apenas, como instrumento de poder numa sociedade preconceituosa em relação aos trabalhos manuais. Entre os comerciantes, o conhecimento da escrita e da leitura era ainda mais importante para o exercício de suas atividades, considerando-se a possibilidade de um nível elevado de letramento nesse grupo. O indicativo utilizado é um pouco precário – a capacidade de assinar o nome – mas pode ser combinado a outros, como a posse de livros, freqüente entre os comerciantes, e a preocupação recorrente com a educação dos filhos, na aprendizagem da leitura e da escrita, principalmente. Tudo isso permite fazer aquela afirmação de maneira mais segura. (FONSECA, 2008, p. 7).

Com base nesses esclarecimentos, podemos pensar as ações femininas associadas à cultura letrada a partir de outro prisma, buscando historicizar as práticas da leitura e escrita. Ressaltamos, também, o fato de que no período em questão, “[...] a escritura comercial encerrava um código lingüístico próprio” (FURTADO, 2005, p. 137), sendo indispensável, assim, relativizar a definição do que seja cultura letrada, tomando como referência sua constituição temporal e, da mesma maneira, os objetivos a que se propunha. No caso dos critérios acima mencionados, a história de Dona Tereza de Jesus é emblemática. A documentação consultada traz a lista dos bens do casal e conta, igualmente, com a assinatura da viúva no requerimento feito à Rainha. Cabe ainda ressaltar, como demonstram alguns estudos sobre a história dos livros e da leitura, que a circulação de livros, como os romances, por exemplo, foi significativa, especialmente após a transferência da Corte Portuguesa para a colônia. Livros que atingiram, por vezes, camadas diversificadas da população, desfrutados por homens e mulheres nem sempre educados no âmbito da escolarização formal.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> A esse respeito ver: VILLALTA, Luiz Carlos. A censura, a circulação e a posse de Romances na América Portuguesa. (1722-1822). In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 2005.

Tomando como ponto de partida essas orientações, além das primeiras análises documentais, algumas questões emergiram no percurso inicial desta investigação: Quais eram as mulheres que sabiam ler e escrever na América portuguesa? Qual era o objetivo de determinadas mulheres ao transmitirem esse saber para as filhas? O acesso dessas mulheres aos elementos da cultura escrita, fora dos espaços institucionais, possibilitou a construção de estratégias na busca por autonomia e distinção social?

A partir dessas indagações, propomos como objeto de investigação: o acesso aos elementos da cultura escrita e a inserção social feminina em Minas Gerais no período de 1784 a 1822. Sabemos que o número de mulheres que estabeleceram contato com esse tipo de saber foi reduzido, mas, mesmo assim, acreditamos ser possível revelar alterações significativas no desenho colonial possibilitadas pela apropriação e utilização de elementos característicos da cultura escrita. Ao buscarmos compreender as possibilidades de inserção feminina, nesse contexto, por meio da apreensão desses elementos, nossa investigação apresenta como objetivos:

- a) evidenciar como a apreensão de elementos da cultura escrita possibilitou às mulheres a construção de estratégias de negociação com as instâncias representativas de poder;
- b) compreender como a relação com a cultura letrada permitiu às mulheres que compunham a camadas intermediárias da população a construção de caminhos para inserção e distinção social na colônia;
- c) demonstrar e compreender como o acesso a esses saberes por algumas mulheres imprimiu marcas e gerou transformações na configuração colonial.

Para alcançarmos os objetivos propostos, precisamos considerar alguns pontos fundamentais. Em primeiro lugar, devemos ressaltar, como certos estudos históricos já demonstraram, a importância das atividades femininas no funcionamento da estrutura colonial, especialmente no que tange à economia.<sup>5</sup> Contudo, o objeto de pesquisa da

---

<sup>5</sup> Segundo Alexandre Vieira (2005), as mulheres forras conseguiram se sobressair, ascendendo-se economicamente e, até mesmo, socialmente nos núcleos urbanos. Utilizaram-se da brecha que lhes era concedida por meio da tradição cultural, sendo ela relegada à atividade comercial, através das boas relações pessoais com as autoridades públicas e com os seus ex-senhores, e até mesmo, da utilização do intercurso sexual com os seus pares, ou seja, da prostituição. Os vários recursos de resistência pacífica ao sistema escravista, que foram empregados pelas mulheres forras, lhes deram certa autonomia econômica frente às mulheres brancas e aos homens forros. Muitas dessas mulheres alforriadas usavam de sua grande influência perante os proprietários, a fim de comprarem a liberdade de outros cativos, constituindo, assim, laços de solidariedade entre os escravos. As atividades relacionadas ao pequeno comércio de secos e molhados, bem como as casas de alcouce e de vendas, permitiram às mulheres forras

maioria dos estudos sobre o universo feminino na colônia refere-se ao lugar ocupado pelas mulheres forras, as atividades exercidas por este grupo social e seus desdobramentos na dinâmica colonial. Já no que respeita aos trabalhos no campo da história da educação, existem importantes pesquisas, ainda que em número reduzido, que apontam a inserção feminina na sociedade colonial.<sup>6</sup> Há, igualmente, estudos dedicados à investigação e à análise das formas de aprendizagem desenvolvidas pelas camadas mais pobres da população e pelas órfãs na colônia. É exemplar desse último caso a pesquisa de mestrado de Cláudia Fernanda Oliveira que buscou compreender “[...] a educação constituída pelo aprendizado dos ofícios manuais variados, como a costura, o bordado e as técnicas para se fazer renda.” (OLIVEIRA, 2008, p. 21). Entretanto, observamos uma lacuna no que se refere às pesquisas sobre as mulheres que compunham as camadas abastadas e aquelas pertencentes ao que podemos denominar como camadas intermediárias da população. Essas mulheres foram totalmente passivas e submissas aos discursos educativos forjados pela Igreja e pelo Estado? Conseguiram, por meio do acesso aos elementos da cultura escrita, elaborar estratégias de inserção na sociedade colonial?

Como já mencionamos, no bojo das transformações por que vem passando a historiografia, verificamos a realização de investigações que buscaram apontar o papel significativo que as mulheres desempenharam em diversos contextos. No entanto, percebemos que a maioria dos trabalhos, ao apresentarem como objeto de estudo a atuação de libertas, cativas e mulheres livres das camadas mais pobres da população, retratam as mulheres das classes abastadas como grupo social homogêneo. Com relação àquelas pertencentes ao que podemos definir, a princípio, como uma camada intermediária da população, observamos que as mesmas desaparecem em suas ações e especificidades ou seus papéis encontram-se nebulosos, assim como os lugares sociais

---

juntar excedentes para mais tarde se tornarem guardiãs da cultura e tradição africanas. A esse respeito ver: FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. E ainda: PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

<sup>6</sup> Por exemplo, a dissertação de mestrado de Kelly Lislie Julio (2007), realizada sob a orientação da professora Thais Nívia de Lima e Fonseca, intitulada *Práticas educativas e sociabilidades: mulheres forras em São João Del-Rei e São José Del-Rei (1808-1840)*. O estudo buscou compreender as práticas educativas não escolares a partir das relações estabelecidas entre ex-escravas e suas descendentes e as mulheres de elite nos espaços de sociabilidade das movimentadas vilas de São João Del-Rei e São José Del-Rei entre os anos de 1808 e 1840. A pesquisa evidenciou como o processo de mestiçagem possibilitou às ex-escravas e suas descendentes a construção de estratégias de ascensão social por meio da apropriação dos discursos pedagógicos destinados às mulheres de elite.

que ocupavam. Fato que é ainda mais acentuado em se tratando de questões relativas às diferentes formas de aprendizagem ou saberes femininos.

### **O feminino na história**

Nosso esforço de investigação, ao elegermos as mulheres pertencentes a certos grupos sociais ainda pouco estudados, pauta-se no fato de a educação feminina apresentar-se, atualmente, como um campo aberto a possibilidades de pesquisa. A abordagem do feminino na história encontra-se vinculada às transformações históricas de ordem política e social e às transformações que vêm se processando na própria historiografia. De acordo com essa perspectiva, buscaremos ressaltar o papel ativo, mesmo que nem sempre intencional, que as mulheres exerceram nas relações que configuraram o cenário colonial. Segundo Cynthia Greive Veiga:

A história da educação das mulheres no período colonial não se restringe à noção corrente de que elas viviam reclusas e se preparavam para exercer tão somente a função de senhoras do lar [...]. A historiografia costuma destacar a ociosidade e a formação religiosa como marcas típicas de todo o conjunto das mulheres da época colonial. Isso pode ser verdadeiro no que se refere ao restrito grupo de senhoras de classes abastadas, mas não se aplica às mulheres das classes trabalhadoras ou da classe média e muito menos às escravas. (VEIGA, 2007, p. 71).

Veiga destaca, dessa forma, uma determinada tendência historiográfica que, no percurso dos trabalhos realizados, caracteriza-se por “sublimar” ou apresentar de maneira homogênea os comportamentos e fazeres femininos. Cabe, entretanto, destacar que a própria autora aproxima-se, em parte, da historiografia a que dirige sua crítica ao afirmar que a “ociosidade e a formação religiosa” – consideradas marcas típicas da educação feminina, por essa mesma historiografia – podem ser verdadeiras se dirigidas ao “restrito grupo das senhoras abastadas”. Aqui, também, percebemos uma homogeneização no que tange aos comportamentos femininos, mesmo que de um grupo menor. Partimos do pressuposto de que os indivíduos que se encontram inseridos em um determinado contexto e/ou grupo social podem apresentar comportamentos diferenciados, se levarmos em conta suas subjetividades e as formas de apropriação e elaboração de representações acerca dos ensinamentos, elementos culturais e preceitos com que travam contato.

Tal perspectiva de análise insere-se no conjunto de novos campos de estudo, principalmente aqueles consolidados na segunda metade do Século XX, e que

permitiram a emergência de novos temas e métodos de análise. Entram em cena os debates referentes à questão do gênero e o surgimento de pesquisas que buscam compreender as mulheres enquanto sujeitos históricos, dotadas de especificidades e subjetividades. Esse movimento acompanhou as próprias transformações e reivindicações das mulheres por direitos políticos e sociais. Os avanços na historiografia, consolidados nas últimas décadas do Século XX e em andamento até os dias de hoje, possibilitaram, ainda, o desenvolvimento de abordagens que ressaltam e analisam as tensões sociais, as trocas culturais, as práticas e processos de apropriação de elementos culturais de referências diferenciadas. Esse tipo de abordagem caminha na direção contrária a estudos pertencentes a correntes historiográficas tradicionais, que revelam as mulheres, especialmente as das camadas abastadas, como passivas ou submissas aos discursos morais e religiosos. Da mesma maneira, caminha na direção oposta a trabalhos que privilegiam a ação de mulheres individuais, colocando-as como sujeitos únicos da história e ressaltando suas resistências e papéis destacados. Constatamos, assim, a realização de estudos e pesquisas acadêmicas que apresentam como foco de análise os embates sociais e a construção, por parte das mulheres, de possíveis negociações com as instâncias representativas de poder.

### **Construção de novas práticas e circulação de saberes: relações de gênero e espaços do cotidiano**

No intuito de ressaltar e compreender as tensões, conflitos e construção de estratégias, presentes nas redes de sociabilidades, as pesquisas têm recorrido aos fundamentos teóricos e metodológicos desenvolvidos de acordo com os pressupostos da História Social e da História Cultural. Apesar do longo e complexo caminho percorrido pela História Social, suas diferentes nuances e vertentes atreladas a concepções historiográficas variadas – desde o modelo rankiano ressaltado na história política e nacional, passando pela influência de abordagens estruturalistas e marxistas até uma “História econômica e social” fortemente marcada pelos preceitos dos *Annales* – pode-se afirmar, que a partir da segunda metade do Século XX a preocupação da História Social volta-se para a compreensão dos fenômenos coletivos, com ênfase nas tensões e conflitos existentes nas relações que conformam as sociedades.

Nessa perspectiva, é que buscaremos compreender as formas de viver e agir, os aprendizados, além das relações estabelecidas, em diferentes espaços, entre as mulheres que compunham a sociedade colonial como caminhos para que as mesmas pudessem

construir novas práticas culturais e, da mesma forma, inserirem-se na sociedade. É importante lembrar, todavia, como revela Veiga (2007, p. 51), que “[...] é controverso afirmar que o período colonial se caracterizou por uma educação brasileira. O modelo era lusitano e expressava valores e conteúdos vigentes em Portugal, ainda que aplicados ao Brasil”. Podemos pensar, a partir dessa orientação, num contínuo processo de apropriação dos valores culturais portugueses, o que pode ser considerado, também, no que tange a outras matrizes culturais que compunham o cenário colonial. Não obstante a existência do modelo metropolitano, difundido na América portuguesa, é fundamental estarmos atentos às especificidades regionais da colônia que certamente marcaram e imprimiram cores diferentes aos processos de apropriação dos princípios e ensinamentos portugueses.

Em relação à compreensão dos processos de apropriação, da elaboração de representações e da construção de práticas sociais, neste caso entendidas como práticas educativas, os conceitos de representações, apropriação e práticas culturais elaborados e/ou trabalhados pela História Cultural são elucidativos, especialmente os estudos de Roger Chartier (1982; 1988). Representações, práticas e apropriações, segundo as teorizações engendradas no campo da História Cultural apresentam uma imbricação que proporciona a apreensão da realidade pelos sujeitos de forma plural e criativa, expressando maneiras diversificadas de apreensão dos bens simbólicos os quais produzem usos e significados distintos. Isso ocorre uma vez que a atividade representativa encontra-se pautada em interesses diferenciados, produzindo estratégias de ação e delineando práticas. Representar significa, portanto, criar ou conferir sentido aos elementos do social numa dinâmica de presença e/ou ausência do objeto, momento em que a dimensão sócio-histórica tanto do sujeito quanto do objeto expõe-se. Ao conferir sentido aos elementos do social, as representações geram coesões; integram explicações sobre o real, dando sentido às imagens construídas sobre a realidade.

Com base nesses esclarecimentos, pensamos nos discursos educativos, impregnados do ideal de civilidade e direcionados às mulheres da colônia, entrelaçados a outros princípios, referências e formas de se viver naquela sociedade. Entrelaçamento que acabou por criar representações diferenciadas do real e que, ao serem apropriadas pelas mulheres, contribuíram para que novas práticas fossem delineadas. Nesse contexto, os diferentes espaços de sociabilidade assumem grande relevância, além de outros modelos educacionais que permitiram a circulação e interpenetração de múltiplas referências culturais. “Professores ou padres mestres costumavam ensinar na residência

dos alunos ou em suas próprias casas, em aulas muitas vezes abertas ao público” (VEIGA, 2007, p. 66); fato que demonstra outras possibilidades de relações de ensino e aprendizagem na sociedade colonial. Da mesma maneira, as corporações leigas assumiram importante lugar no processo de socialização da cultura religiosa e dos “[...] espaços políticos e culturais, onde transitava a elite letrada da colônia e que se ampliaram de modo especial no Século XVIII” (VEIGA, 2007, p. 69). Com relação às conexões entre a infância, a modernidade e a constituição do adulto dentro dos moldes de civilidade, é correto afirmar, também, como demonstra Veiga, que “[...] na produção das distinções de comportamentos entre adultos, pobres e crianças, associado ao desenvolvimento das pulsões, esteve também presente, evidentemente, a distinção de comportamento entre os sexos.” (VEIGA, 2004, p. 68).<sup>7</sup> A abordagem da realidade feminina no período colonial deve considerar, portanto, as relações de gênero num exercício de construção de saberes e práticas.

O conceito de gênero que nasceu das aproximações teóricas e práticas com a Antropologia auxilia-nos a compreender as relações entre homens e mulheres como relações sociais que apresentam uma dimensão política. Como nos aponta Joan Scott (1995) e Michelle Perrot (1995), existem entrelaçamentos entre a história das mulheres e a política, isto é, as múltiplas experiências femininas, as dimensões do vivido relacionam-se com o exercício e dinâmica do poder nas diferentes sociedades ao longo dos tempos.<sup>8</sup> As relações entre homens e mulheres carregam significados políticos que são transformadores, pois são construídas no terreno social. Portanto, as práticas culturais vividas e exercidas pelas mulheres no contexto colonial devem ser percebidas como fatores de transformação daquela sociedade. Os fazeres femininos, os cuidados com a casa, os filhos, a administração da “indústria doméstica”, os ofícios manuais e as solicitações por uma maior autonomia nesses processos, mesmo que realizadas pela mediação da figura masculina, são caminhos de transformação social que traduzem o desenvolvimento de relações de poder.

De acordo com essa ideia, podemos verificar a construção das estratégias femininas, por meio da realização dos ofícios manuais, e a consequente atuação das

---

<sup>7</sup> Sobre essa reflexão ver: VEIGA, Cynthia Greive. *Infância e Modernidade: ações, saberes e sujeitos*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *A infância e sua Educação materiais, práticas e representações [Brasil e Portugal]*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2004.

<sup>8</sup> Ver: SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Revista Educação e Realidade*. Ano 20 (2), 1995. PERROT, Michelle. *Escrever uma história das mulheres: relato uma experiência*. *Cadernos Pagu*. São Paulo: UNICAMP. n. 4, p. 9-28, 1995.

mulheres no cenário social, assim como a questão do gênero presente nesse processo na pesquisa desenvolvida por Cláudia Fernanda Oliveira (2008). A autora analisa a transmissão e o aprendizado de ensinamentos concernentes aos ofícios manuais na Comarca do Rio das Velhas – por meio dos inventários e testamentos – e chama nossa atenção para as diferenças entre a educação dirigida aos meninos e aquela direcionada às meninas.<sup>9</sup> É perceptível, assim, a importância de se abordar a vivência colonial feminina sob a ótica das relações de poder, o que nos leva a considerar a atuação feminina, relacionando-a aos papéis masculinos no que tange às esferas política, econômica e social. Como as mulheres puderam inserir-se em uma sociedade marcadamente misógina e até que ponto essa inserção desempenhou ou permitiu uma alteração nas linhas gerais da configuração colonial? O contato com a cultura escrita permitiu a atuação das mulheres na esfera pública? Essas questões poderão ser compreendidas de forma mais aprofundada, se, em nossa análise, considerarmos as relações de gênero, isto é, as relações entre homens e mulheres engendradas no espaço social como relações de poder.

A historiadora Rachel Soihet (2011), tece reflexões acerca das discussões teóricas referentes às questões de gênero, e ressalta a importância de se pensar sobre os espaços de ocupação pelo poder feminino no decurso da história. Pontua, para tanto, a existência de estudos teóricos que defendem que as pesquisas deveriam abordar o campo político. Porém, afirma que alguns pesquisadores acreditam que somente ao atravessarmos as fronteiras do universo político e centrarmos-nos no cotidiano, no ambiente privado e no trabalho doméstico é que seria possível desvendar os espaços e formas de atuação feminina. Segundo Soihet:

Os estudos sobre a sociabilidade feminina que deram lugar a importantes trabalhos sobre o lavadouro, o forno, o mercado, a casa, assim como os estudos sobre os tempos marcantes da vida, tomando como objetos o nascimento, o casamento e a morte são destacados. Daí não se aterem unicamente à esfera pública - objeto exclusivo, por largo tempo, do interesse dos historiadores impregnados do positivismo e de condicionamentos sexistas. Explica-se, assim, a emergência do privado e do cotidiano, nos quais emergem com toda força a presença dos segmentos subalternos e das mulheres. Longe está o político, porém, de estar ausente dessa esfera, na qual se desenvolvem múltiplas relações de poder. (SOIHET, 2011).

---

<sup>9</sup> Sobre essa reflexão ver: OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de. *A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

Evidenciar, portanto, os espaços de atuação das mulheres trata-se, segundo a autora, de uma opção metodológica que se insere no quadro de renovação historiográfica e afasta-se de perspectivas analíticas tradicionalmente sexistas. Todavia, a despeito de se evitar o binômio “dominação/subordinação” não se pode esquecer a existência da hierarquia, da opressão, das desigualdades e das violências características, muitas vezes, da relação entre os sexos e que são marcas da dominação masculina, apesar da existência do que a autora denomina de contra-poderes femininos como a maternidade,” o poder social, poder sobre outras mulheres e "compensações" no jogo da sedução e do reinado feminino”. Ressaltam-se, dessa maneira, as “alianças e consentimentos por parte das mulheres” e a dominação masculina não pode se considerada, no jogo social, como portadora de um caráter absoluto.

Devemos, neste ponto, considerar que as teorizações desenvolvidas pela História Social auxiliam-nos a compreender a trama social como cenário de conflitos, confrontos, mas, igualmente, da elaboração de estratégias. As mulheres, ao tecerem suas relações, assumem o lugar de sujeitos formuladores da vida social. São portadoras de identidades singulares e de subjetividades. Sujeitos históricos atuantes que imprimem modificações no mundo do trabalho, da política, da afetividade. Ocupam e constroem, simultaneamente, o espaço público, mesmo que essas mulheres estejam inseridas no ambiente doméstico, uma vez que as fronteiras entre o público e privado são tênues na realidade colonial. Nesse sentido, é preciso que abordemos o conceito de atuação política de forma relativizada, buscando historicizar pensamentos e ideias, bem como as ações e seus conteúdos.

Com esse objetivo, seguimos as orientações da História Social, em especial as contribuições da historiografia inglesa, no que respeita à superação das visões limitadoras e compartimentadas da realidade. Da mesma maneira, os estudos desenvolvidos no interior da História Cultural indicam caminhos para que possamos compreender as representações e as práticas engendradas por diferentes sujeitos, num dado momento histórico, como fatores configuradores do porvir social, descartando determinações econômicas ou políticas como únicos elementos construtores da realidade. Assim, pretendemos valorizar a dimensão política, contudo, de acordo com uma ótica que busca compreender as relações entre os homens como uma construção que se edifica e se desenrola, pautada nas experiências dos sujeitos. Ou seja, identificamos e ressaltamos a capacidade de homens e mulheres refazerem, cotidianamente, seus caminhos, atuações e, simultaneamente, as percepções que

possuem sobre o real. Tal abordagem possibilita a extrapolação do campo institucional para outras dimensões e espaços de exercício de múltiplos poderes. Os espaços públicos e privados do cotidiano revelam-se, dessa forma, como universos privilegiados de investigação sobre a cultura, os hábitos, isto é, daquilo que não depende exclusivamente das determinações estruturais.

### **O público e o privado na América portuguesa: a capitania de Minas no conjunto colonial**

O historiador Fernando A. Novais (1997), refletindo sobre as condições de privacidade na colônia, salienta a importância de se compreender os espaços públicos e privados de forma associada neste contexto, isto é, levando-se em consideração que “[...] além de inextricavelmente ligados, apresentavam-se da mesma forma curiosamente invertidos.” (NOVAIS, 1997, p. 20). A inversão é entendida como “forma de articulação”, característica específica da colônia, pois retratava as especificidades da configuração social que se apresentava na América no que tange às características do povoamento, da religiosidade ou do trabalho. No campo demográfico, por exemplo, é fundamental destacar a “[...] contínua chegada de novos contingentes populacionais.” (NOVAIS, 1997, p. 20-21). Tal situação demarca a grande mobilidade populacional no mundo colonial, sendo que diferentemente da metrópole, local de onde as pessoas saíam, a colônia se constituiu como universo de constante chegada, fato que imprimiu novo caráter às relações sociais. A imbricação, por sua vez, é considerada como o fator comum entre a colônia e a metrópole. Esta última característica, além de ser comum a ambas, é também própria da Época Moderna, momento em que a produção mercantil, no que tange ao aspecto econômico, parece dominar, diferentemente da “economia natural” característica do mundo feudal, no qual a mão de obra assalariada ainda não era dominante.

Novais (1997) esclarece, ainda, inspirado na clássica análise feita por Eli F. Heckscher, que, na sociedade colonial, “[...] o poder não se encontra mais diluído na teia das relações vassálicas, como na sociedade feudal; mas a monarquia absolutista, primeira fase do Estado moderno em formação, ainda vai abrindo caminho entre as forças universalistas e particularistas.” (1997, p. 20-21). Afirma que, se as esferas do público e privado já não estão indistintas, não podemos entendê-las de forma completamente dissociadas. Elas apresentam uma imbricação. Em suas análises, reforça que a abordagem das relações de intimidade existentes na América portuguesa deve

considerar o momento de formação do Estado moderno que, em última instância, irá definir o espaço público, fator que revela a existência das articulações do sistema com as manifestações de intimidade e que permite compreender o que seriam as bases de sustentação do cotidiano na colônia.

Refletir sobre as vivências femininas no universo colonial obriga-nos, assim, a pensar sobre as especificidades desse contexto e suas particularidades regionais. A capitania de Minas Gerais deve ser abordada considerando suas linhas mais profundas e contínuas que lhe conferem unicidade ao conjunto colonial, mas, também, suas rupturas e diferenciações que lhe fazem particular e única, assim como únicos foram seus sujeitos e muitas as colonizações. Segundo Luciano Figueiredo:

Apesar de se organizar a partir dos estímulos e demandas externas do capitalismo mercantil europeu, a formação social das Minas distinguiu-se da maioria das regiões geoeconômicas da América de colonização portuguesa, em parte, graças a sua organização tipicamente urbana, apesar de seu caráter escravista-mercantil. (FIGUEIREDO, 1993, p. 26).

Se, por um lado, em nossa análise, nos preocupamos em atentar para o que é peculiar à realidade das Minas coloniais, isto é, suas características únicas, por outro lado, é de suma importância que busquemos articular nosso estudo ao contexto mais abrangente do próprio projeto colonizador na América portuguesa. A Colônia foi marcada por características particulares que a configuraram como conjunto e a diferenciaram da metrópole e a despeito de ser compreendida como extensão do Império Português era, ao mesmo tempo, “sua negação” (NOVAIS, 1997, p. 20). Características como descontinuidade, fluidez, instabilidade, provisoriamente imprimiram à colônia um caráter específico, diferenciando-a profundamente, no que tange à sua constituição cultural e social, do Império Luso, não obstante as diferenciações regionais e culturais próprias da realidade portuguesa.

Na tentativa de demonstrar as especificidades coloniais, particularmente no que toca à vida das mulheres e suas relações com a cultura escrita, e na busca pela compreensão das diferenças, ritmos e dinâmica dos lugares sociais ocupados por esses sujeitos, o espaço do domicílio torna-se palco privilegiado de investigação histórica.

Nesse sentido, documentos como inventários e testamentos, que se referem à realidade familiar, podem indiciar aspectos importantes do objeto aqui investigado, a saber: o acesso aos elementos da cultura escrita e a inserção feminina na sociedade colonial. Essas fontes podem revelar pistas sobre as formas de interação dos indivíduos

e seus ambientes, bem como as diferentes atividades que garantiram a subsistência familiar. Atividades múltiplas que se transformaram ao longo do tempo, assim como o viver em colônia. O espaço doméstico é, portanto, transformado com as mudanças que afetaram a economia, com a dinâmica de ocupação do território e, particularmente no caso da capitania de Minas Gerais, com o processo de urbanização. A rusticidade e o isolamento, aos poucos, abriram espaços para novas formas de sociabilidade e, por que não dizer, para o surgimento de novos fazeres e saberes.

A investigação dos espaços mais íntimos ou dos recônditos do que era pessoal poderá nos revelar a existência de conhecimentos tidos como incomuns para as mulheres da época. A leitura e a análise dos inventários e testamentos, ao jogarem luz sobre os fragmentos da vida material e da vida cotidiana, possibilitariam identificar, nas formas de sobrevivência, como se dava a vivência do trabalho e, por fim, os conhecimentos que a realização das atividades cotidianas demandava. Além de nos fornecerem indícios sobre o trabalho dessas mulheres e os conhecimentos envolvidos nesses ofícios, os documentos nos possibilitam vislumbrar a convivência entre os membros das famílias, as relações decorrentes da vivência em um mesmo domicílio, o que poderá revelar como se processou a transmissão de ensinamentos entre essas pessoas.

No conjunto dessas características coloniais, constatamos, no que respeita às famílias, que essas eram compostas, em certos casos, por pessoas de uma mesma família nuclear e alguns escravos e, em outros, havia a presença de agregados e parentes. Alguns estudos revelam, também, que muitas unidades familiares possuíam a mãe viúva como chefe de família e sua constituição contava com a presença de agregados e às vezes de alguns escravos e irmãs solteiras. Leila Mezan Algranti, ao analisar as famílias e a vida doméstica na colônia afirma que:

Tantas foram as formas que a família colonial assumiu, que a historiografia recente tem explorado em detalhes suas origens e o caráter das uniões, enfatizando-lhe a multiplicidade e especificidades em função das características regionais da colonização e da estratificação social dos indivíduos. (ALGRANTI, 1997, p. 120).

A autora ressalta, portanto, que várias foram as maneiras de organização familiar no quadro diferenciado e marcado pelas discontinuidades e fluidez características da realidade colonial. Contudo, cabe lembrar que, a despeito da variedade de arranjos familiares, é inegável a força que o casamento possuiu para o projeto colonizador, “[...]”

embora na prática ele tenha sido uma instituição primordialmente da elite.” (ALGRANTI, 1997, p. 87). Podemos afirmar que, se a organização familiar sofreu mutações ao longo do tempo na colônia, de acordo com a região em que estava estabelecida, é possível inferir que os papéis sociais exercidos pelas mulheres, mesmo aquelas pertencentes a um grupo social específico, não podem ser pensados de forma homogênea.

A configuração dos arranjos familiares e a realidade inerente aos espaços domiciliares, como explicado acima, reforçam a necessidade de estarmos atentos para as especificidades coloniais e, da mesma maneira, para as particularidades regionais, sensíveis a vivências que se constituíram em um espaço diferente do metropolitano, mas que carregaram as marcas e influências deste último. Na realidade colonial observamos, assim, a construção de costumes e hábitos, muitas vezes, diferentes daqueles exercidos na metrópole e diferentes nas diversas regiões coloniais, em toda sua extensão, tanto no espaço urbano quanto no rural, pois como podemos constatar, as formas de organização familiar, de trabalho e de sociabilidade variaram muito de uma região para outra. Acrescenta-se a isso a intensa vinda de portugueses para a Colônia na segunda metade do Século XVIII que foi movida, dentre outros fatores, pela possibilidade de exploração do Ouro em Minas Gerais. Segundo Fonseca (2008), nesse movimento de imigração, muitos indivíduos assumiram compromissos educacionais, como os professores régios, estabelecendo, dessa forma, eles e seus descendentes, relações com a cultura letrada.

Nesse sentido, no início da colonização em Minas Gerais, era perceptível a organização da sociedade nos mesmos padrões do Reino, contudo, no que toca às outras gerações, observamos o contato com a cultura escrita e um esforço que traduz, em última instância, não apenas o desejo de enriquecimento, mas de afidalgamento das camadas mais populares. Além disso, numa visão de conjunto, torna-se forçoso admitir a existência do preconceito com relação às formas de trabalhos manuais, associadas às funções e atividades escravas. Consequentemente, os pobres nascidos no Brasil, como afirma Raymundo Faoro, percorreriam outros caminhos “[...] às margens da fidalguia burocratizada” desviando-se “[...] dos misteres dos negros [...] não poucos frequentando as aulas régias.” (FAORO apud FONSECA, 2008, p. 2-3). Não obstante a análise de Faoro ser de suma importância para a compreensão dos fenômenos específicos da colônia e da constituição de sua realidade, esse autor não considerou o fato de tais estratégias de afidalgamento serem utilizadas de forma similar por indivíduos nem sempre pobres – brancos ou mestiços, filhos de portugueses – como esclarece Thais

Nívia de Lima e Fonseca (2009), ao analisar as estratégias empregadas por esses indivíduos, quando, de alguma maneira, viam-se privados de seus direitos.

Nesse caminho investigativo, acreditamos ser possível desvendar como algumas mulheres poderiam ter travado contato com a cultura escrita e os desdobramentos desses saberes em suas vidas. Na colônia, a necessidade de sobrevivência acabou por gerar certos aprendizados dentro de um contexto marcado por uma economia voltada para a exportação, em que a indústria doméstica tornou-se realidade e impôs o desenvolvimento do trabalho para a subsistência, muitas vezes exercido e/ou administrado por mulheres. A princípio, constatamos que as mulheres no período colonial, pertencentes a classes sociais diferenciadas, exerceram atividades múltiplas, tanto na esfera doméstica quanto no espaço público. Leila Mezan Algranti (1997), em sua análise acerca das famílias e da vida doméstica na colônia, esclarece que

[...] no espaço do domicílio, e no que toca aos costumes domésticos, a figura feminina ganhou destaque, embora seja inegável que sua importância e influência na colonização não ficaram restritas à esfera doméstica. (ALGRANTI, 1997, p. 120).

Como afirma a autora, a atuação feminina extrapolou os domínios do espaço da casa, sendo que o espaço domiciliar é entendido, aqui, não apenas como o lugar do abrigo e do descanso, mas como esfera da realização de múltiplas atividades. Neste ponto, é importante frisar que havia diferenciações entre as casas coloniais de acordo com a classe social de seus habitantes. No entanto, seja como for, os trabalhos que se dedicaram a analisá-las, em sua maioria, apontam a existência de alguma forma de atividade no espaço doméstico. As casas mais pobres, por exemplo, contavam, por vezes, com a presença de uma pequena oficina. Foi no interior das casas que as precárias ou tímidas formas de sociabilidade foram sendo delineadas. Hábitos como a leitura em voz alta ou mesmo a silenciosa podem ser identificados por meio da presença de livros nos inventários. Apesar da maioria da população ser iletrada, é possível perceber ou identificar a presença de mulheres que aprenderam a ler no mundo colonial. Entretanto, ainda de acordo com Algranti (1997), tais mulheres constituem uma exceção. Em São Paulo foram identificadas, no conjunto dos inventários paulistas publicados pelo Arquivo do Estado de São Paulo, apenas duas mulheres que aprenderam a ler. Apesar desse reduzido número, acreditamos, partindo do pressuposto que as exceções são partes indispensáveis para a melhor compreensão do todo, que é

preciso visitar as casas, adentrar os espaços da vida cotidiana para que possamos vislumbrar de maneira mais nítida o panorama social. Além do mais, cabe lembrar, que o acesso à cultura letrada, de acordo com a nossa compreensão, não significa a aprendizagem da leitura e da escrita conforme o entendemos atualmente. Por isso mesmo, é preciso observar de maneira mais cuidadosa e relativizada o que é incomum, vislumbrar os detalhes e aumentar, desta forma, nosso campo de visão.

### **A micro-análise e a educação colonial: reduzindo a escala e ampliando o olhar**

A intenção de investigar a vida das mulheres que tiveram acesso à cultura escrita inspira-se no princípio de que os casos “mais raros” não podem ser encarados como “algo fora” da história. Aquilo que não pode explicar o contexto por não constituir uma regularidade. Pelo contrário, as exceções podem nos servir como exercício de redução da escala de análise. Opção metodológica que revela o detalhe de maneira mais nítida e com cores e traçados mais bem definidos, movimento que facilita e permite uma melhor compreensão do todo. Ao voltarmos nosso foco de análise para as mulheres consideradas exceções, na verdade, não diminuimos ou limitamos nossa capacidade investigativa, mas aprofundamos nosso olhar, perseguimos as trajetórias de suas vidas, trabalhamos com os indícios documentais de maneira verticalizada e alteramos, assim, o conteúdo do que é observável e observado. Descortinamos o que parecia sem importância, “desbotado” ou frágil na imensidão da estrutura de todo um sistema, procedimento metodológico que se inscreve no campo das orientações advindas da abordagem micro-histórica.

De acordo com as afirmações de Jacques Revel (1998, p. 15), podemos pensar, em se tratando da interpretação e da recepção dos preceitos analíticos da micro-história, em duas correntes: uma versão americana, baseada no “paradigma indiciário”, de Carlo Ginzburg, e outra versão francesa, a qual seria um questionamento, em última instância, a respeito da história social e a construção de seus objetos. Além da diversidade dos contextos de recepção, é importante ressaltar a existência de diferentes vertentes do próprio projeto micro-histórico. Não se trata, segundo Revel (1998, p. 20), de uma disciplina autônoma, tampouco uma escola. A micro-história apresenta-se conectada à experiência de pesquisa e surge como resposta ou reação a um conjunto de princípios difundidos por certo modelo de história social. Tais princípios, preconizados pela historiografia francesa, revelam a influência do método sociológico elaborado, para uso

dos historiadores, por François Simiand. Esse método apresenta como característica fundamental a preocupação em se analisar os eventos que possam constituir-se em uma regularidade. Nesta perspectiva, há a busca por uma temporalidade longa que comporte a explicação das transformações globais. O historiador deveria, dessa forma, afastar-se do evento único, do fato isolado, da exceção, isto é, fazer uma escolha metodológica que se insira em uma perspectiva analítica macro-histórica. A partir da crise desse modelo de história, na segunda metade do Século XX, é que presenciamos o surgimento de estudos coerentes com a abordagem micro-histórica. Poderíamos apontar como característica fundamental da proposição investigativa microanalítica a mudança da escala de análise, como já nos referimos. De acordo com Revel:

A abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetivação não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. (REVEL, 1998, p. 20).

De acordo com esse pensamento, alterar a escala de observação implica na transformação do conteúdo daquilo que é representável. Ao analisarmos, portanto, a vida das mulheres no universo colonial baseados em um menor número de casos, poderemos rastrear os indícios de maneira aprofundada, ou seja, verticalizaremos a análise, o que permitirá a construção de conhecimento acerca do universo colonial. Isso é possível uma vez que os casos considerados exceções podem auxiliar na compreensão de uma realidade dinâmica e multifacetada. Se, como supomos, a apreensão de elementos da cultura escrita possibilitou a inserção de certas mulheres na sociedade colonial, os indícios presentes nas fontes documentais não são desprezíveis ou menos importantes para a explicação do funcionamento dessa sociedade e do papel dos diferentes saberes nesse contexto. Como afirma o historiador Carlo Ginzburg, ao refletir sobre o trabalho com fontes inquisitoriais na pesquisa histórica:

De qualquer modo, a relativa ocorrência de um fenômeno não pode ser interpretada como indicador de sua relevância histórica. Uma leitura atenta de um número relativamente pequeno de textos respeitantes a uma crença determinada pode, a meu ver, dar mais fruto do que um amontoado de documentação repetitiva. Para bem ou para mal, os historiadores, que estudam as sociedades do passado, não podem apresentar o mesmo tipo de elementos de prova que os antropólogos apresentam, ou que os inquisidores apresentaram. (GINZBURG, 1991, p. 241).

Coerentes à essa lógica investigativa tomamos as vidas individuais e singulares de cada sujeito como processos por apresentarem marcas de uma dada estrutura e constituírem-se como configuradoras de um sistema, partes integrantes do mesmo, proporcionando uma nova compreensão da realidade social. Nessa intenção, buscamos nomear os atores, suas atividades e redes de sociabilidades, bem como seus diferentes grupos de pertencimento. A análise assim detalhada de suas vidas nos permite um olhar mais estreito capaz de esmiuçar e desvendar aspectos do cotidiano por meio dos inventários e testamentos. Esse instrumental metodológico permite a inclusão na trama social do que até então seria percebido como desvios, exceções, particularidades, como no caso das poucas ou únicas mulheres que travaram contato com a cultura letrada. Esses casos não seriam mais, visto sob essa ótica, as exceções da história, ou seja, o “excepcional” apresentar-se-ia agora como normal.<sup>10</sup>

### **Fontes**

Um dos caminhos possíveis para se estudar os processos de circulação de saberes, fora dos espaços institucionais, no período colonial seria, certamente, o uso de inventários e testamentos. Essas fontes caracterizam-se como documentos de caráter jurídico-civil e eclesiástico que tratavam das disposições dos últimos desejos de sujeitos historicamente situados. Os inventários (que eram obrigatórios no caso da existência de órfãos e de bens) e os testamentos podem revelar informações de ordem econômica, política, cultural e educacional. Constituem-se, assim, em uma fonte importante para “descobertas”, e “exploração” dos desejos e modos de viver de agentes históricos diferentes. Muitos aspectos da vida social podem ser rastreados ou refletidos por meio da análise desses documentos: as relações familiares, os protecionismos, as redes de relacionamento e amizade, o compadrismo, o parentesco, além das relações existentes entre senhores e escravos.

A partir de um levantamento inicial dos trabalhos que apresentam como objeto de análise a condição feminina, encontramos estudos que utilizaram fontes inquisitoriais, cartoriais, processos-crime, além de relatórios médicos para investigar comportamentos relacionados a certas práticas como aborto, homossexualidade, trabalho ou prostituição. No entanto, a maioria dessas pesquisas, que apresenta recortes

---

<sup>10</sup> A esse respeito ver: REVEL, Jacques. Microanálise construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998.

cronológicos variáveis, aborda os grupos sociais femininos compostos pelas mulheres não pertencentes às camadas não dominantes: ex-escravas, escravas, prostitutas, trabalhadoras assalariadas, operárias etc. Tal constatação levou à formulação de algumas indagações: seria possível encontrar nos documentos (inventários e testamentos) informações referentes a comportamentos diferenciados das mulheres que compunham os diferentes grupos femininos, não somente as camadas mais pobres da população, mas também as camadas intermediárias e mais abastadas, na sociedade colonial? Essas mulheres acatavam de forma passiva o discurso educativo a elas dirigido? Em algum momento, ao travarem contato com a cultural letrada, estabeleceram formas de negociação no jogo social?

Com base em um primeiro levantamento, elegemos para nossa investigação as fontes manuscritas que compõem o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal). São documentos relativos a Minas Gerais que foram digitalizados e estão disponíveis para consulta no Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte. Além dessa documentação, utilizaremos os documentos do Arquivo Casa Borba Gato do Museu do Ouro/IPHAN (Sabará). Abaixo, reproduzimos o quadro que mostra o número de inventários no período de 1750 a 1800 presentes em Sabará.

**Quadro 1**  
**Distribuição dos Inventários do Fundo Cartório do Segundo Ofício**  
**(Museu do Ouro / Casa Borba Gato / IPHAN) – 1750-1800.**

<b>DÉCADA</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>
1750-1759	37	22
1760-1769	49	21
1770-1779	82	40
1780-1789	79	33
1790-1799	81	36
1800	6	2
<b>TOTAL</b>	<b>344</b>	<b>154</b>

Fonte: (OLIVEIRA, 2008, p. 26).

Essas fontes, sem dúvida, poderão esclarecer aspectos significativos no que tange às formas de viver, aos hábitos, aos valores culturais, aos bens materiais e aos espaços frequentados pelas mulheres no período colonial. A análise dos indícios contidos nessas fontes, realizada à luz dos aportes teóricos já mencionados, ajudarão na

compreensão de como o acesso aos elementos da cultura letrada possibilitou aos grupos femininos imprimirem, muitas vezes, novos rumos às próprias vidas e, em última instância, aos caminhos coloniais.

### **Recorte temporal e geográfico**

O recorte temporal e geográfico, últimas décadas da colonização em Minas Gerais, justifica-se uma vez que, ao abordarmos os processos educativos não escolares na colônia, devemos estar atentos às especificidades políticas, sociais e culturais da região das Minas Gerais. De forma especial, ao intenso e, por vezes, desordenado processo urbanizador caracterizado por forte movimentação populacional que, certamente, oferece ricas possibilidades de investigação, conforme importantes estudos já demonstraram.<sup>11</sup> Nesse sentido, é importante ressaltar que as transformações consolidadas, nas primeiras décadas na América, acabaram por imprimir a necessidade de uma presença mais intensa da administração portuguesa que se processou na segunda metade do Século XVIII. Igualmente, a vinda da Família Real Portuguesa para a Colônia, em 1808, promoveu transformações profundas e significativas no cenário colonial. As mudanças nos padrões de comportamento passaram a ser visíveis, inclusive aquelas relativas aos grupos femininos.

Além disso, na segunda metade do Século XIII, especialmente após as reformas pombalinas, algumas transformações importantes se processaram na capitania de Minas Gerais no que respeita aos processos educativos, como, por exemplo, o aumento significativo das aulas régias. “Embora já expressivos na década de 1770, foi a partir da década de 1780 que vemos aumentar os registros relativos às aulas régias, em diversas capitanias da América portuguesa.” (FONSECA, 2009, p. 65). Esse quadro contribuiu para mudanças expressivas no cenário social da colônia, reforçando a circulação de diferentes saberes nos círculos de sociabilidades. Ainda segundo Fonseca:

[...] a partir de 1780 foi expressivo o aumento do número de professores régios na capitania de Minas Gerais [...]. Vivendo e trabalhando em diferentes regiões, eles tiveram importante participação na vida social e cultural [...]. Em relação a alguns, ficou evidenciada uma atuação mais marcante nas localidades onde viveram e trabalharam, pelo seu grau de envolvimento em diversas atividades da vida local e pelas relações que estabeleceram com seus contemporâneos. (FONSECA, 2009, p. 80).

---

<sup>11</sup> A esse respeito ver: SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito, aspectos da História de Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. E ainda: ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

Certamente, todas essas alterações possibilitaram a circulação de valores e conhecimentos diversificados que podem ter, em certa medida, favorecido alguma forma de contato da população e, em seu interior, dos segmentos femininos com elementos da cultura letrada.

Somado a isso, salientamos, novamente, que a partir de uma primeira leitura das fontes de pesquisa, nos deparamos com documentação que relata os papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade colonial, principalmente na segunda metade do Século XVIII e início do XIX. Adotamos, portanto, como marco inicial para nossa análise o ano do inventário do Tenente Francisco de Sá Mourão, 1784, uma vez que os demais documentos, levantados até o momento, possuem datas posteriores a 1784. Conseqüentemente, o ano de 1822 encerra o recorte temporal de nossa investigação que se restringe às últimas décadas do período colonial.

A referida documentação possui fragmentos que possibilitam a interpretação acerca das vidas dos sujeitos e, particularmente, dos grupos femininos na sociedade colonial. O caso de dona Tereza de Jesus comprova essa afirmação como demonstramos no início desse texto. O estudo sobre os caminhos percorridos por outras mulheres, com histórias semelhantes, as relações sociais, os desdobramentos dos contatos com os elementos da cultura escrita, em um espaço territorial específico da colônia, possibilitará aclarar a configuração não apenas dos processos educativos no período, mas do próprio desenho colonial em sua totalidade.

**Ladies of the Colony: Written culture and feminine insertion  
in Minas Gerais (1784-1822)**

**Abstract**

Text is a cut from the research doctorate in progress in the Faculty of Education UFMG. Work provided as a subject of study in female social insertion general mines in a period of 1784 through the 1822 appropriation of elements of the call “literate culture” search, this way to make a new emerging social cartography, stressing the role of women in the process of setting the colonial society. Sign up, so in the field of social and cultural history to the tend to show, through the reading lists and wills, survival strategies promoted by this group mentioned in social context.

**Key Words:** Educational practices; Minas colonial; Women.

**Fontes primárias**

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Testamento de Francisco de Sá Mourão**. Cx. 122, doc 33, 1784.

MUSEU OURO/ CASA BORBA GATO. **Inventário de José Ribeiro de Carvalho**. CSO- I (31) 257, 1770.

**Referências**

ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

ABREU, Marcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2005.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio/ Brasília, 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello. **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. v. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de Devoção, atos de censura**: ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821). São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A geografia do crime**: violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ARAÚJO, Emanuel. A Arte da Sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Org.). **Leitura**: práticas, impressos, letramentos. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Antropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, v. 7, n.13, p. 100-113, 1994. Edunb, 1993.

CHEQUER, Raquel. **Negócios de família, gerência de viúvas**. Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

PRIORE, Mary Del. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

FALCON, Francisco José Calazans; DEL PRIORE, Mary. **História cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus; 2002. 115p

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História Cultural e História da Educação na América Portuguesa. IN: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26, 2003, Rio de Janeiro. **26ª Reunião Anual da ANPED – Novo governo, novas políticas?** Rio de Janeiro: ANPED, 2003.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **A Vila de Sabará no século XVIII**. Belo Horizonte: FaE/UFMG, Mimeo, 2003.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Historiografia da Educação na América portuguesa: balanço e perspectivas. **Anais do II Congresso Mineiro de História da Educação em Minas Gerais**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **Processos e práticas educativas no século XVIII: um estudo sobre fontes de pesquisa**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. XXIII Simpósio Nacional de História: História, guerra e paz. Londrina: Editorial Mídia, 2005. v. 1. p. 1-8.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda: estratégias educativas na sociedade mineira colonial. **Revista Varia História**. Belo Horizonte: Departamento de História da UFMG, v. 22, n. 35, jan./jun. 2006.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Portugueses em Minas Gerais no século XVIII: cultura escrita e práticas educativas. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial: **Revista de Humanidades**. Caicó. RN. UFRN, v. 9, n. 24 set./out. 2008.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Redalyc, v. 13, n. 39, set./dez. 2008.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes. Civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

JULIO, Kelly Lislie; FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **Práticas educativas e sociabilidades: mulheres forras em São João Del-Rei e São José Del-Rei (1808-1840)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org). **A escrita da história: novas perspectivas**. 2ed. São Paulo. Ed. UNESP, 1992.

NOVAIS, Fernando A. Condições de privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de. **A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de educação, Belo Horizonte.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais no século XVIII: estratégias de resistências através dos testamentos.** São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato uma experiência. **Cadernos Pagu.** São Paulo: UNICAMP, n.4, p. 9-28, 1995.

REVEL, Jacques. Microanálise construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RIBEIRO, Arilda Inês. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres e relações de gênero: debatendo algumas questões.** Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/16.shtml>>. Acesso em: 03 fev. 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade.** Ano 20 (2), 1995.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura no Brasil Colonial.** Petrópolis, Ed. Vozes 1981.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial.** São Paulo, Edusp, 1984.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil.** Colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Donas e Plebéias na Sociedade Colonial.** Lisboa: Editorial Estampa, 2002.

SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808).** São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. I.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e Conflito, aspectos da História de Minas Gerais no século XVIII.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história**: os protagonistas anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VARTULI, Silvia Maria Amancio Rachi. **Tiradentes pelos pincéis e narrativas**: arte, ensino e imaginário nas interpretações dos vestibulandos. 2006. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e Modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **A Infância e sua Educação**: materiais, práticas e representações [Brasil e Portugal]. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2004.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

VIEIRA, Alexandre. **Estratégias e resistências dos escravos no século XVIII na Capitania de Minas Gerais**. História em Foco. 2005. Disponível em: <<http://historiadacultura.zip.net/>>. Acessado em: 20 set. 2010.